

	ENSINO MÉDIO INTEGRADO		Data: / / 26
	2º BIMESTRE – Trabalho de recuperação semestral		Série: 3º
	Disciplina: REDACÇÃO	Professor(a): RAISSA MENDONÇA	
	Coordenação: Mariana L. Paduaneli Lima	Visto: <i>raíssa</i>	
Aluno(a):			Nº:

ORIENTAÇÕES

- Leia com atenção a proposta da redação. A interpretação faz parte da avaliação.
- A prova deverá ser feita **à caneta**.
- Escreva com **letra bem legível**.
Não serão permitidas rasuras.

Boa prova!

- Leia com atenção a proposta da redação. A interpretação faz parte da avaliação.
- A prova deverá ser feita **à caneta**.
- Escreva com **letra bem legível**. Não serão permitidas rasuras.

Boa prova!

ATENÇÃO:

CONTEÚDO DA RECUPERAÇÃO SEMESTRAL

A produção de textos e o Enem;
A produção de textos e o ENEM – Análise do tema a partir das informações da coletânea;
Tese e plano de texto;
Os argumentos;
Tipos de introdução;
Estratégias argumentativas;
Conclusão – Proposta com ação efetiva;
Dissertação argumentativa;
Estrutura do texto dissertativo - argumentativo;
Objetividade na argumentação;
Coesão textual;
Coerência textual;
Recursos de coesão textual;
Pontuação.

PARTE 1

1. Faça um resumo manuscrito (que servirá para seus estudos) dos seguintes pontos abordados durante nossos estudos:

Dissertação-argumentativa: linguagem e estrutura

Entendendo a proposta de Redação do Enem I – Identificação do tema pelos textos motivadores

Entendendo a proposta de Redação do Enem II – Foco Temático

Uso eficiente dos textos de apoio

Tipos de introdução

Tipos de desenvolvimento

Uso do repertório sociocultural

Elaboração da proposta de intervenção

Seu resumo deverá conter a definição e um exemplo de cada tópico. Use como base suas apostilas, mas amplie sua pesquisa e consulte outras fontes também.

PARTE 2

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um **texto dissertativo-argumentativo** em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**A relevância da literatura na formação crítica dos jovens**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Leitura contribui para formação do senso crítico de jovens

Educadores falam que o hábito se modificou devido às tecnologias, mas ainda deve ser incentivado dentro da família e sala de aula

Leitura. Para muitos jovens pode parecer chato, sinônimo de tédio, ou até mesmo de sono. Para outros, é um elemento prazeroso, que pode levá-los a viajar para outros mundos e épocas, conviver com personagens inesquecíveis, além de proporcionar reflexões sobre aspectos culturais e sociais da realidade. Educadores acreditam que o hábito e as formas de leitura se modificaram, devido ao advento das tecnologias, que exigem um consumo diferenciado de conteúdos e informações. Mas, mesmo diante deste cenário, ela ainda é considerada elemento fundamental para formação do senso crítico da população jovem e deve ser incentivada pela família e dentro da sala de aula.

Professores afirmam que a leitura se tornou hipertextual, por conta da busca pela rapidez, ou que agora o público adolescente foca em obras estereotipadas pelo mercado e, até mesmo, não procura por conteúdos significativos e que contribuam para a formação. A doutora em educação e coordenadora do curso de Pedagogia da Unoeste (Universidade do Oeste Paulista), Danielle Aparecida Nascimento dos Santos, fala que esse público tem preferido a utilização de infográficos, imagens e vídeos. “Neste sentido, a forma de ler o mundo mudou de maneira significativa e os ensinamentos básico e superior devem acompanhar essas mudanças, promovendo estratégias para que os jovens aproveitem as informações disponíveis na rede, para filtrar coisas importantes para a aprendizagem”, acredita.

O professor de língua portuguesa da Unoeste, Rogério do Amaral, por sua vez, fala que no ambiente tecnológico os jovens acabam optando por conteúdos rápidos e sempre reclamam quando precisam ler algo mais amplo. “A pouca leitura reflete depois em sala de aula, na interpretação do que leem, pois o nível de compreensão da maioria, às vezes, é baixo”, pontua. Já o professor de literatura do curso de Letras e Pedagogia da Unoeste, Fernando Teixeira Luiz, analisa que hoje existe um grande mercado editorial, que reflete em leitores que, muitas vezes, não conseguem adquirir uma leitura mais atenta e com uma bagagem cultural. “Falta uma mediação do professor para levar para o espaço escolar obras que não ofereçam ao leitor aquilo que eles esperam, mas que sejam mais imprevisíveis e que alarguem seus horizontes culturais”, frisa.

Perfis de leitura

Danielle fala que a preferência literária dos jovens atualmente depende do perfil de cada um. “Geralmente, as tramas que permitem foco em questões que fazem parte do universo ‘touch’ e que problematizem as relações humanas são as mais procuradas”. Para Fernando, as leituras feitas por esse público, muitas vezes, não são objetivas e não apresentam um aprofundamento de composição dos personagens. “Histórias que envolvem mais aventura têm chamado a atenção do público jovem, que dão preferência às sagas de identidade épica, com narrativas maiores e compostas pela jornada do herói”, declara.

Senso crítico

A leitura é considerada uma das principais contribuintes para a elaboração do senso crítico do ser humano. No jovem, isso é de uma maneira mais especial, pois ele se encontra no ápice do desenvolvimento de posicionamentos culturais e sociais sobre a realidade que o norteia. Danielle afirma que a apropriação de uma visão crítica é necessária e precisa ser compreendida como a lógica do século. “Hoje, pelos meios digitais, todos podem ter conhecimento, mas a habilidade e a atitude são geradas a partir de uma visão crítica das coisas”, ressalta.

Fernando fala que a literatura consegue “dar conta” de desenvolver uma visão crítica, pois acredita que um bom texto, por exemplo, “consegue humanizar o leitor e torná-lo sensível ao pensamento do outro”. Rogério explica que ser crítico é a capacidade de se posicionar ao que acontece em nossa volta, por isso os jovens precisam adquirir argumentos plausíveis para lutar pelo fim das diferenças na sociedade. “Os jovens, como futuros líderes da sociedade, vão substituir as pessoas de todos os segmentos que lideram a sociedade hoje, por isso precisam se capacitar e melhorar seu conhecimento para transformar o futuro, principalmente perante as situações de exclusão”, salienta.

Incentivo familiar

O estudante Matheus Rodolpho Lucas, 21 anos, desde pequeno, conviveu em meio aos livros por incentivo da avó. “Ela ia à biblioteca praticamente toda a semana e eu adorava acompanhá-la”. Ele conta que a biblioteca era grande e possuía uma sessão voltada para os livros infantis, os quais sempre “namorava com os olhos”. “Quando eu fiz 10 anos, era a idade mínima para ter um cartão de empréstimo de livros na biblioteca, então, minha vó me ajudou a fazer e foi aí que eu comecei a ler”, recorda.

O jovem fala que uma das obras que marcaram sua trajetória foram “Meu pé de laranja lima” e “O caçador de pipas”. “Foi um dos primeiros livros que li que não se tratava de fantasia, mas abordava temas mais fortes e reflexivos”, afirma. Matheus acredita que o contato com os livros deve ser algo mais frequente entre os jovens.

por promover o pensamento analítico sobre o meio em que vivem. “Somos a próxima geração, que vai ditar as regras da sociedade dentro de alguns anos. Se não houver um senso crítico, as pessoas acabam virando massa de manobra perante demais intenções de cunho maldoso”, reflete.

Fonte: <https://www.imparcial.com.br/noticias/leitura-contribui-para-formacao-do-senso-critico-de-jovens,24108>

TEXTO II

Qual a importância da literatura? Para o professor Alexandre Soares Silva, ela é essencial no resgate histórico

Perguntando-se qual a importância da literatura, vê-se um campo de infinitas possibilidades: nela é possível viajar até terras distantes, conhecer universos que extrapolam a realidade do cotidiano e absorver experiências e lições de vida. As possibilidades de leituras são amplas. Vão de contos de fadas infantis a grandes clássicos como Shakespeare.

[...]

Qual a importância da literatura na vida das pessoas?

Tamanho é a importância da literatura na vida das pessoas, que em boa parte do mundo os currículos escolares contam com a disciplina de literatura desde os primeiros anos. A base da formação cultural, pessoal e intelectual é a literatura.

A extensa leitura de literatura imaginativa, como romances, contos, poemas épicos, poesia em geral e teatro, formam a base do imaginário pessoal.

Assim, a cultura, os valores e os ensinamentos absorvidos das histórias, das experiências dos antepassados, vão se incorporando na personalidade da pessoa.

Integrar na personalidade significa que estes valores e conhecimentos adquiridos passam a determinar a conduta e a reação espontânea.

A literatura usa a linguagem corrente das pessoas e trata do drama humano, da vida humana, algo de interesse de todos.

Problemas referentes ao amor, à morte, ao ódio, à tristeza, ao casamento, às relações humanas, são experiências que todos podem se identificar. O assunto que a literatura trata é a vida de todo mundo.

Assim, as pessoas podem extrair experiências, valores e formas de encarar as mais diversas situações.

A cultura narrativa presente na literatura é a forma mais básica de cultura que toda sociedade desenvolve. Da tribo mais primitiva à civilização mais complexa, existe o elemento narrativo.

Alguma história ou mito, que é transmitido de geração em geração, que representa a história daquele povo, que os localiza no tempo, confere-lhes identidade e valores específicos.

Assim, o homem pode absorver da literatura:

- valores;
- experiências;
- tradições;
- culturas;
- conhecimentos;
- identidades.

Tudo isso auxilia no crescimento moral, pessoal, intelectual, emocional e social. Desse modo, a literatura é de extrema importância para o homem.

Fonte: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/qual-a-importancia-da-literatura>

TEXTO III



Fonte: <https://focura-por-leituras.blogspot.com/2015/07/situacoes-que-so-um-leitor-entende-em.html>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um **texto dissertativo-argumentativo** em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Responsabilidade ambiental: desafios para a preservação do meio ambiente”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

ESG: o que significa e quais são os pilares

O termo ESG é cada vez mais comum nas empresas brasileiras e representa uma tendência global. Nas últimas décadas, as corporações têm sido estimuladas a repensar práticas empresariais para que contribuam com a preservação do meio ambiente, com ações de responsabilidade social e com transparência corporativa. Apesar de popular, nem todas as empresas conhecem, a fundo, as ideias por trás da sigla ESG. Entender os conceitos ajuda na adoção dessas práticas nas mais diversas áreas, independentemente do tamanho de uma companhia.

O que é ESG?

ESG é uma sigla para os termos em inglês environmental, social and governance que, em tradução livre, significam meio ambiente, impacto social e governança. Cada uma das palavras pode ser representada por um conjunto de práticas positivas que uma empresa pode adotar em suas atividades.

O termo ESG foi criado em 2004 e apareceu pela primeira vez em um relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) chamado Who Care Wins. O documento conta com uma série de recomendações para que as empresas possam integrar medidas de conservação ao meio ambiente, responsabilidade social e governança em suas análises e ações. Annelise Vendramini, professora do mestrado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, afirma que o tema ESG surgiu recentemente no contexto do mercado financeiro. “A ideia é como olhar para as questões ambientais, sociais e de governança durante as decisões de alocação de recursos financeiros, de gestão de portfólio e assim por diante”, disse em evento ocorrido em junho de 2023.

“Qualquer negócio gera impactos negativos e positivos. Portanto, faz parte do processo de gestão empresarial manejar os impactos para evitar os pontos negativos e melhorar os positivos, além da necessidade de se olhar para todas as partes envolvidas, uma vez que as empresas fazem parte da sociedade”, complementou a especialista.

Quais são os 3 pilares do ESG?

Meio

ambiente

Um dos pilares do ESG diz respeito à primeira letra, environmental, que em português representa as iniciativas de meio ambiente e sustentabilidade. Este pilar envolve, por exemplo, ações de gestão de resíduos, reciclagem de materiais, eficiência energética, uso de energias renováveis, redução de emissão de poluentes e gases, entre outras medidas que visam a preservação da natureza e a sustentabilidade ambiental.

Social

O S da sigla ESG significa social e tem relação com a responsabilidade social que as empresas podem ter em suas atividades. Para isso, as corporações podem adotar práticas positivas que estejam alinhadas aos conceitos de direitos humanos, às leis trabalhistas e ao respeito à diversidade. Ações que contribuem com a comunidade, com parceiros e com as pessoas que fazem parte da empresa são medidas alinhadas à agenda ESG.

Governança

Por fim, o G da sigla ESG significa governança, que é um conjunto de princípios e mecanismos que ajudam

empresas a tomar decisões e manter relações com a sociedade com boas práticas de gestão e normas éticas. Esse conceito está relacionado à transparência de dados, à criação de protocolos de conduta corporativa, manutenção de comitês de auditoria ou de compliance, assim como canais de denúncia para os funcionários da empresa.

Fonte: https://www.terra.com.br/planeta/esg-o-que-significa-e-quais-sao-os-pilares_a11933980269b4f10bf67242b311e8c05cstqij.html?utm_source=clipboard

TEXTO II

Faz sentido responsabilizar indivíduos por seu impacto ambiental?

Em 2004, a petrolífera britânica British Petroleum lançou uma campanha promovendo sua calculadora de “pegada de carbono”, uma ferramenta que permitia que cada indivíduo calculasse as emissões de carbono de suas escolhas de consumo para tomar decisões mais conscientes. O conceito se popularizou e hoje é comum falarmos do impacto ambiental de cada pessoa. Só tem um problema: enquanto o cidadão britânico médio emite cerca de cinco toneladas de gases de efeito estufa por ano, a British Petroleum sozinha emitiu 340 milhões de toneladas no ano passado.

Com essa disparidade gritante no impacto ambiental, faz algum sentido culpar o consumo individual pelas mudanças climáticas?

Essa questão é levantada tanto por aqueles engajados com a pauta ambiental quanto por aqueles contrários. De um lado, ativistas ambientais à esquerda são céticos quanto a caracterização do problema climático como um problema de escolhas individuais e veem em dinâmicas sistemáticas do capitalismo as origens da crise. Nesse sentido, o foco nos consumidores seria uma forma de eximir a culpa das grandes empresas, que seriam as verdadeiras responsáveis.

Já quem é contrário a regulações ambientais usa o argumento em uma forma um pouco modificada: se grande parte do dano ambiental está em outro lugar, por que estamos sendo culpados individualmente? Por exemplo, qual o sentido de proibir canudinhos de plástico se eles representam apenas 0,03% do plástico nos oceanos?

No entanto, há uma falha lógica no centro desse argumento, em suas duas versões: tentar justificar algo moralmente apelando para a imoralidade de outra coisa. Se uma ação causa danos a terceiros, ela não passa a ser moral por representar uma parte pequena de todos os danos. Da mesma forma que um político corrupto não pode justificar um roubo alegando que aquele dinheiro é uma parte ínfima de todo o desvio de dinheiro público no país, não podemos nos eximir de nosso impacto ambiental alegando que aquilo representa pouco de todo o prejuízo ao meio-ambiente no mundo – ou alegando que as grandes empresas fazem pior.

Outro erro comum é tentar desmerecer uma determinada ação ambiental alegando que “isso não vai resolver o problema climático”. É claro que não, assim como prender o ladrão da esquina não vai resolver o problema da criminalidade; não significa que não devemos fazê-lo.

Mais do que isso, há uma confusão conceitual quando comparamos o impacto ambiental de uma pessoa com o de uma empresa. A pegada de carbono busca refletir as emissões de gases de efeito estufa ao longo de toda a cadeia produtiva. Isso significa que ao contabilizar a pegada de carbono de ir dirigindo para o trabalho, por exemplo, precisamos incluir o efeito da extração de petróleo feita por empresas como a British Petroleum. É justamente o consumo desses produtos que faz com que essas empresas produzam mais poluição. As petrolíferas não extraem petróleo como um fim em si mesmo, mas sim para satisfazer a demanda de milhões e milhões de consumidores no mundo todo. Dessa forma, é trivial que grandes empresas tenham um impacto ambiental muito maior que qualquer pessoa; afinal, elas são o canal pelo qual a sociedade moderna organiza sua produção. O impacto ambiental das empresas é, em última instância, um reflexo do conjunto das decisões individuais, e é nesse sentido que os indivíduos têm sua responsabilidade.

Ainda assim, o argumento contra a responsabilização individual pode se tornar um pouco mais sofisticado se introduzirmos o conceito de trade-off: ponderar do que abrimos mão quando tomamos uma decisão. No caso da proibição do canudinho, quando gastamos tempo e capital político para promover a medida, abrimos mão de usar esses recursos em nome de medidas mais abrangentes, como um imposto pigouviano sobre derivados de petróleo. Mas esse argumento raramente é trazido à tona por quem se opõe a regulações ambientais, porque o objetivo nesses casos é mais descredibilizar a política ambiental do que propor soluções efetivas para os problemas.

Ativistas do meio-ambiente, por outro lado, propõem essa versão de argumento com mais frequência. Enfatizar as decisões individuais de consumo desvia o foco de mudanças sistemáticas e estruturais que precisamos para enfrentar os desafios climáticos. Quando a British Petroleum promove o conceito de pegada de carbono individual, ela está tentando transferir sua parte da culpa para os indivíduos e evitar regulações ou efeitos deletérios para sua imagem. Mas se queremos enfrentar o problema, precisamos de medidas mais abrangentes.

Essa abordagem faz sentido em um aspecto prático: parece ser mais fácil reduzir as emissões de gases de efeito estufa por meio de regulações que afetem todas as empresas e consumidores do que ter que convencer cada pessoa a tomar decisões mais conscientes. Não se trata de ficar procurando culpados ou responsáveis, mas de identificar onde nossas ações terão maior efeito. Inclusive, muitas vezes eleitores apoiam regulações contra produtos cujo consumo eles não são capazes de reduzir por livre e espontânea vontade; nesse caso, a legislação funciona como as cordas que amarram Ulisses ao barco e o impedem de cair em tentação.

Nesse formato o argumento faz sentido: a forma mais efetiva de enfrentar o desastre climático é por meio de ação estatal organizada. Mas isso não significa que deixamos de ter a responsabilidade de tomar decisões mais conscientes no dia a dia, como andar menos de carro ou reduzir o consumo de carne. Afinal, adotar essas práticas não vai te impedir de também lutar por soluções sistemáticas. Quem aponta para a poluição das grandes empresas ou em outras partes do globo como forma de fugir da responsabilidade de mudar suas ações faz o mesmo que a British Petroleum tentou fazer em 2004: tenta se livrar da culpa apontando para o que os outros estão fazendo.

Fonte: <https://exame.com/colunistas/instituto-millennium/faz-sentido-responsabilizar-individuos-por-seu-impactoambiental/>

Proposta de Redação

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um **texto dissertativo-argumentativo** em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Democratização do conhecimento científico: caminhos para a aplicação da política de Acesso Aberto**”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Entenda o que é Acesso Aberto

O Acesso Aberto refere-se à disponibilidade e acesso gratuito por qualquer pessoa aos resultados de pesquisas científicas. Baseia-se na premissa de que o conhecimento científico é um bem público e, portanto, deve estar disponível a todos. É uma alternativa ao modelo tradicional de publicação que restringe o acesso ao conteúdo por meio de assinaturas pagas.

O acesso aberto às publicações científicas é normalmente disponibilizado no site da própria publicação, de acordo com a política do editor, ou por meio de depósito em um repositório institucional ou temático. É um movimento mundial que se realiza a partir de diferentes vias.

Quatro vias para alcançar o Acesso Aberto

VIA VERDE – Green Road Open Access – o artigo é publicado em qualquer revista. O autor retém os direitos autorais e tem permissão para colocar cópias do artigo (às vezes um pre-print ou um post-print) em um repositório ou em seu próprio site. Trata-se do arquivamento do manuscrito no Repositório. Algumas editoras exigem um período de embargo antes que o artigo fique em acesso aberto.

Pre-print – versão não revisada por pares ou não-editada do artigo.

Post-print – versão revisada por pares do artigo, mas não formatado para publicação.

VIA DOURADA – Gold Road Open Access – o artigo é publicado em uma revista de Acesso Aberto, que está disponível gratuitamente na web e o autor paga uma taxa de publicação do artigo. Nesse modelo, é permitido que cópias do artigo também sejam arquivadas em outro lugar. As revistas de acesso aberto não cobram de leitores ou de bibliotecas, mas seu modelo econômico depende do pagamento de taxas pelo autor. Consulte descontos para autores USP.

VIA DIAMANTE – Diamond Road Open Access – o autor publica o artigo em uma revista de Acesso Aberto e esse periódico não cobra taxas de autor. Essas revistas são mantidas por meio de trabalhos voluntários. São tipicamente aquelas revistas dirigidas por associações ou sociedades profissionais e organizações sem fins lucrativos, universidades ou agências governamentais. Seu modelo econômico depende de contribuições e doações de membros.

VIA HÍBRIDA – Hybrid Road Open Access – parcialmente financiadas por assinaturas, as revistas fornecem apenas acesso aberto para alguns artigos individuais para os quais os autores (ou patrocinador da pesquisa) pagaram uma taxa de publicação.

Licenças de Uso Creative Commons

As Licenças Creative Commons foram criadas para dar maior flexibilidade na utilização de obras protegidas por direitos autorais, de modo que os conteúdos sejam utilizados amplamente, sem que as leis de proteção à propriedade intelectual sejam infringidas. As licenças indicam os tipos de permissões de uso dos documentos disponíveis na Internet.

Benefícios do Acesso Aberto

Aumenta a visibilidade dos resultados de pesquisa, proporcionando acesso a um público mais amplo que, de outra forma, não teria acesso.

Maximiza o potencial de colaboração internacional das atividades de pesquisa.

Aumenta o potencial de citação, pois expande o acesso a descobertas de pesquisas revisadas por pares.

Impacto Científico do Acesso Aberto

Os artigos científicos publicados de forma aberta recebem, em média, 8% mais citações do que os restritos. Em países em desenvolvimento, como Brasil, Argentina e Rússia, esse percentual chega a 25%.

Declarações em Apoio ao Acesso Aberto

1999 – Convenção de Santa Fé – Apresentou padrões para documentos eletrônicos, softwares e bases de dados de acordo com o Open Archives Initiative (OAI) e e-Prints.

2002 – Declaração de Budapeste – Definiu pela primeira vez o termo Open Access (Acesso Aberto) e estratégias para alcançá-lo, como o autoarquivamento e o Acesso Aberto a periódicos científicos.

2003 – Declaração de Bethesda – Expandiu o conceito, orientações e recomendações dirigidas às instituições, organizações, pesquisadores, bibliotecários e editores.

2003 – Declaração de Berlim – Reforçou as estratégias já estabelecidas e enfatiza uso da internet como principal ferramenta

2014 – Declaração de Haia – Tratou de temas como Big Data e mineração de dados, uso de licenças livres como Creative Commons, uso do ORCID e do padrão XML para padronizar documentos que serão lidos por máquinas e pessoas.

2018 – Declaração do México – LATINDEX-REDALYC-CLACSO-IBICT declaram escolha pela licença Creative Commons – CC BY-NC -SA

Disponível em: <<https://www.abcd.usp.br/apoio-pesquisador/acesso-aberto-usp/entenda-o-que-e-acesso-aberto/>>

TEXTO II

Suspensão de acesso a periódicos internacionais por meio de portal da Capes preocupa pesquisadores

Sociedade Brasileira de Física já expressou oficialmente sua apreensão quanto a possibilidade de perda de qualidade na pesquisa devido a restrição de consulta a revistas científicas de alto impacto. Capes diz que está em negociação com editoras, e que uma delas solicitou aumento de 100% em relação aos valores acordados em contrato anterior.

Desde quarta-feira, pelo menos, pesquisadores brasileiros queixam-se de que perderam o acesso a dezenas de revistas científicas que é usualmente proporcionado pela Capes Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão do Ministério da Educação, por meio do seu Portal de Periódicos. Entre os periódicos cujo conteúdo agora se encontra inacessível estão publicações de referência, associadas às principais sociedades científicas do mundo. Os cientistas brasileiros têm comentado sobre o fato entre si, queixando-se do impacto da perda de acesso a estes conteúdos sobre os seus próprios projetos de pesquisa.

Em especial, muitos pesquisadores lamentam a interrupção ao acesso às publicações produzidas pela American Physical Society (APS), American Chemical Society (ACS) e Royal Society of Chemistry (RSC) que, somadas, respondem pela publicação de mais de 150 revistas científicas, algumas delas de alto impacto.

Boa parte das principais revistas científicas disponibiliza o acesso aos seus conteúdos sob um sistema de assinaturas. Durante os períodos em que ocorrem renegociações de contratos entre as editoras das revistas científicas e as instituições que assinam o serviço, é possível que ocorram interrupções no acesso ao serviço. No último dia 15 de fevereiro, a Sociedade Brasileira de Física (SBF) publicou uma nota em seu site manifestando preocupação com a interrupção do serviço, afirmando que “a impossibilidade do acesso compromete seriamente a qualidade das pesquisas realizadas, além de prejudicar a formação de estudantes de graduação e pós-graduação e comprometer o desenvolvimento e a produção científica do país”.

Esclarecimentos da Capes

Questionada pelo Jornal da Unesp, a Capes enviou a seguinte nota:

“A CAPES esclarece a situação da fase de contratação de cada editora e reforça que vem envidando esforços para que o processo de renovação das assinaturas das revistas científicas aconteça o mais breve possível, de modo que não ocorram prejuízos acadêmicos aos programas de pós-graduação e à comunidade científica.

A CAPES entende a relevância dos conteúdos da ACS, da RSC e da APS e almeja manter os acessos da comunidade aos acervos assinados, executando de maneira eficiente o orçamento disponibilizado para esta finalidade.

American Chemical Society (ACS)

A proposta comercial oferecida para o novo contrato com a CAPES apresentou um valor muito superior ao acordado no contrato anterior, o que aumentaria os custos em mais de 100% do valor atual. Mesmo considerando que foram incluídas novas instituições e novos periódicos, o valor ainda está acima do previsto. A CAPES compreende a posição da ACS, como uma organização americana sem fins lucrativos, e suas consequentes limitações, contudo, é necessário entender que os contratos de assinatura firmados com a CAPES devem se adequar à realidade orçamentária da Fundação e do país. Ademais, cabe à Administração Pública compreender e negociar, baseando-se no princípio da economicidade. Ressaltamos ainda que os contratos do Portal de Periódicos são firmados em moeda norte americana, ou seja, deve-se considerar possíveis variações cambiais que impactam nas contratações.

[...]

No último ano, de acordo com o último relatório de gestão, publicado em maio de 2023, a CAPES investiu cerca de 490 milhões de reais em contratos com editoras internacionais para disponibilização de acesso às principais bases de dados do mundo. Ainda segundo o relatório, o Portal de Periódicos, plataforma da CAPES que centraliza esses conteúdos, totalizou mais de 263 milhões de acessos, disponibilizando mais de 41 mil títulos de periódicos em texto completo, que beneficiaram 437 instituições voltadas ao ensino superior e à pesquisa.

Os valores cobrados por grandes grupos editoriais para o acesso ao conteúdo e para a própria publicação dos artigos vem sendo objeto de crítica por parte da comunidade científica internacional, em especial para instituições e pesquisadores localizados nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, que costumam contar com menos recursos e sofrem com impacto do câmbio, fazendo com que o custo para se publicar em uma revista de alto impacto possa alcançar algumas dezenas de milhares de dólares..

Nos últimos anos, surgiu um novo elemento na negociação com as editoras: a opção de publicação com garantia de acesso aberto a todos os interessados. No entanto, as empresas costumam cobrar mais caro para oferecer essa opção no contrato. Se por um lado os grupos editoriais abrem mão de receita na leitura dos artigos, ganham uma receita nova ao cobrar do pesquisador ou instituição pela publicação no formato aberto. “É preciso deixar claro que o acesso aberto não significa que é um acesso gratuito. Dentro das instituições públicas de ensino superior, os valores acadêmicos, como o compartilhamento do conhecimento, estão muito arraigados. Mas, fora dos muros da universidade, este negócio funciona como qualquer outro”, diz Flavia.

Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2024/02/22/suspensao-de-acesso-a-periodicos-internacionais-por-meio-de-portalda-capes-preocupa-pesquisadores/>>

Bom trabalho!